
Índice

Apresentação	5
Parte I – O Provedor de Justiça, o arrendamento urbano e as situações de degradação do património habitacional edificado	
A. Notas preliminares.....	11
B. Regimes de apoio financeiro à reabilitação de edifícios	17
I. Introdução	17
II. Âmbito de aplicação dos regimes de apoio financeiro	18
III. Complexidade dos regimes.....	20
IV. Aumento das rendas por motivo de obras de reabilitação	21
V. Subsídios de renda	22
VI. Considerações finais	23
C. Enquadramento jurídico da execução de obras coercivas	27
I. Possibilidade de execução coerciva parcial	27
II. Intimação para execução de obras: notificação e publicidade	29

III. Meios de financiamento das obras coercivas	32
IV. Expropriação para realização de operações de reabilitação	33
V. Execução de obras coercivas por terceiros, em substituição do proprietário	40
VI. Falta de qualificação profissional específica para a realização de obras de reabilitação	41
D. Garantias de alojamento	45
I. Introdução	45
II. O direito ao realojamento	46
III. Instrumentos de disponibilização de espaço de alojamento	52
E. Arrendamento urbano.....	59
I. Considerações genéricas.....	59
II. Necessidade de revisão da Lei nº 2088, de 3 de Junho de 1957	62
III. Responsabilidade do senhorio em caso de ruína decorrente do incumprimento injustificado dos deveres de conservação dos edifícios.....	68
IV. Anteriores recomendações do Provedor de Justiça: posição do Estado, das demais pessoas colectivas públicas e das instituições particulares de solidariedade social como arrendatários vinculísticos	77
V. A cessão de exploração de estabelecimento comercial sito em prédio arrendado	79
VI. Extinção do usufruto e protecção do arrendatário que ignora a qualidade de usufrutuário do senhorio.....	80
F. Conclusões	81

**Parte II – Nota sobre o anteprojecto do regime jurídico excepcional da
reabilitação urbana. Sociedades de reabilitação urbana**

I. Introdução	93
II. Âmbito de aplicação do projecto	96
III. As Sociedades de Reabilitação Urbana	98
IV. Procedimento de reabilitação.....	101
V. Expropriação.....	104
VI. Alojamento temporário e Realojamento.....	108
VII. Licenciamento e autorização de operações urbanísticas	110
VIII. Direitos e garantias dos administrados	111
IX. Articulação das operações com questões atípicas; observações finais.....	113